

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 131/2013
18 DE JANEIRO DE 2013, BRASÍLIA - DF

Aos 18 de janeiro de dois mil e treze, às nove horas e quinze minutos, no Auditório do Edifício Sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres, localizado no Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 3, Lote 10 – Polo 8 do Projeto Orla, Brasília/DF, foi iniciada a Audiência Pública nº 131/2013, conforme convocação do Aviso publicado no Diário Oficial da União, seção 3, do dia nove de janeiro de dois mil e treze e em jornais de grande circulação nacional e local, tais como Correio Braziliense (DF), Estado de Minas (MG), O Estado de São Paulo (nacional), A Gazeta (MT), A Tribuna (ES), A Tarde (BA), Correio do Estado (MS), Jornal do Tocantins (TO), O Popular (GO); que teve como objeto tornar público e colher sugestões, contribuições ao Edital e Contrato para Concessão das rodovias BR-262/ES/MG, BR-050/GO/MG, BR-060/153/262/DF/GO/MG, BR-153/TO/GO, BR-101/BA, BR-163/MT e BR-163/267/262/MS, integrantes da 3ª Etapa do Programa de concessão da Rodovias Federais – Fase III. Para composição da mesa da Audiência, foram indicados os seguintes representantes da Agência: a Senhora Viviane Esse, Presidente da Audiência; a Senhora Luciana Faria Cortonesi, responsável pelos trabalhos da secretaria; o Senhor Érico Reis Guzen, apresentador e representante da Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária; o Senhor Márcio Luis Galindo, representante da Procuradoria-Geral da ANTT e o Senhor Leonardo Mesquita Cavalcanti, representante da Ouvidoria da ANTT. Inicialmente, a Presidente da Audiência fez a leitura dos procedimentos, conforme Resolução ANTT nº 3.705/2011 e Deliberação ANTT nº 01 de 8 de janeiro de 2013. Passou, em seguida, a palavra ao Senhor Érico Reis Guzen que fez a apresentação das principais regras do Edital e Contrato, bem como as características do Leilão para concessão das rodovias integrantes da 3ª Etapa das Concessões Rodoviárias Federais. E ainda, apresentou os tópicos relevantes dos sete lotes de concessão, objetos da Audiência, demonstrando que cada lote será objeto de contrato específico. Ao término da apresentação do Sr. Érico, a Presidente da sessão informou que, em acordo com os procedimentos estabelecidos, seria feito um intervalo de 15 minutos para o registro das contribuições orais e escritas. Após o intervalo, a Secretária da mesa fez uma breve colocação das contribuições previamente recebidas até o momento da Audiência, totalizando 13 (treze) contribuições por meio eletrônico e 2 (duas) contribuições recebidas na sessão pública. Das contribuições recebidas por meio eletrônico, 4 (quatro) não foram objeto da Audiência e 2 (duas) contribuições são objeto da Audiência nº 132/2013, que trata sobre os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica e os Programas para Exploração das Rodovias já citadas. As contribuições recebidas por meio eletrônico versam sobre o posicionamento de usuários a respeito da cobrança de pedágios, sobre metas anuais da proponente vencedora do Leilão, após assinatura do contrato, e ainda sobre a solicitação da Polícia Rodoviária Federal a respeito da realização de obras e serviços para construção, manutenção e ampliação das unidades da Polícia Rodoviária Federal nos trechos rodoviários a serem concedidos. Das contribuições recebidas no intervalo, a primeira foi da Associação Nacional de Transportes de Cargas e Logística que trata dos pontos de apoio para motoristas e, como não se trata de objeto desta Audiência a secretária solicitou-se que a contribuição fosse encaminhada à sessão a ser realizada no período da tarde. A outra contribuição foi da Agência de Desenvolvimento do DF – TERRACAP, cuja a solicitação foi de incluir no rol das garantias a ser oferecida pelos proponentes, imóveis urbanos ou rurais. A Senhora Presidente passou a palavra ao representante da Procuradoria-Geral da ANTT, que fez a colocação sobre a utilização de imóvel como garantia, informando que o imóvel não tem a liquidez necessária para garantir um empreendimento do porte das concessões, em relação

às outras garantias já previstas no Edital, apresentando assim uma insegurança jurídica, dependendo de registro, sendo ainda de difícil qualificação, tendo que se valer de outras demonstrações da sua validade jurídica. Ressaltou ainda que as outras modalidades previstas no Edital não apresentam os problemas citados, tornando-se a garantia de imóvel inviável do ponto de vista jurídico quando do ponto de vista prático. Não havendo mais contribuições por escrito, a Senhora Presidente abriu a palavra para as manifestações orais, primeiramente foi chamado o Sr Matheus Horta Oliveira, Policial Rodoviário Federal, que relatou sobre a concessão de um patrimônio público, que são as rodovias federais e como parte integrante dessas rodovias, estão os postos e delegacias da Polícia Rodoviária Federal e, para atender um bem público, um interesse público, para aumentar a segurança do cidadão, nada mais justo do que fazer constar nessas concessões a manutenção, reestruturação e a inovação dos postos e delegacia da Polícia Rodoviária Federal que estão instalados e localizados nessas rodovias federais, sendo contemplados durante o processo de concessão. A seguir, a Senhora Presidente chamou o segundo inscrito, o Sr. Alexandre Verona, policial rodoviário federal, que apenas reforçou o que já havia sido mencionado pelo Sr. Matheus. Mesmo não sendo objeto da Audiência, a Senhora Presidente, a pedido dos diretores presentes, Dra. Natália Marcassa de Souza e Dr. Jorge Luiz Macedo Bastos, ressaltou que, nas Audiências Públicas é o momento de apresentar as contribuições porque tanto o Edital quanto o Contrato podem ser alterados, bem como o próprio Programa de Exploração da Rodovia. E, que há previsão de reforma e implantação de postos da Polícia Rodoviária Federal, ao longo das rodovias que serão concedidas, havendo ainda, a verba de aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal na qual é possível solicitar aquisição de equipamentos. Agradeceu a contribuição e informou que todas as manifestações foram registradas e serão respondidas no relatório final da Audiência Pública. Tendo em vista o número de contribuições e o tempo que ainda havia a Senhora Presidente consultou os presentes, caso houvesse mais alguém para apresentar alguma contribuição, abrindo novamente o direito à palavra. O Sr. Alexandre Verona retornou ao púlpito para manifestação solicitando clareza sobre o que pode ser adquirido com os recursos destinados à Polícia Rodoviária Federal e ainda sobre a dificuldade de repasse da verba aos núcleos interessados da PRF. Agradecendo novamente, a Senhora Presidente informou sobre a realização de um convênio assinado entre as partes, que doutrina a forma de como o valor vai ser repassado e que há um processo na Procuradoria-Geral da ANTT com o objetivo de melhorar o repasse para a Polícia Rodoviária Federal. A seguir, por não haver mais manifestações, a Senhora Presidente informou que a Ata do evento realizado e o relatório específico da Audiência Pública serão oportunamente disponibilizados na internet, no endereço eletrônico da ANTT, www.antt.gov.br, Audiência Pública nº 131/2013. Agradecendo a presença de todos, deu por encerrado a sessão.

Brasília, 18 de janeiro de 2013.

Viviane Esse
Presidente

Luciana Faria Cortonesi
Secretária